



ALAP 2020

IX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población



9 a 11 diciembre

EL ROL DE LOS ESTUDIOS DE POBLACIÓN TRAS LA PANDEMIA DE COVID-19 Y
EL DESAFÍO DE LA IGUALDAD EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

Juliana Mara de Fátima Viana Gandra¹

Doutoranda em Demografia no Cedeplar (UFMG)

juliana.mfv@gmail.com

Simone Wajnman

Professora Titular do Departamento de Demografia da UFMG

simonewajnman@gmail.com

Revolução de gênero? Para quem? Análise dos diferenciais socioeconômicos no (des)equilíbrio das cargas de trabalho remunerado e não remunerado nas famílias brasileiras

¹ A autora agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo suporte dado na produção deste artigo

Resumo

Este trabalho tem por objetivo criar e analisar indicadores de igualdade de gênero retratando a divisão do trabalho remunerado e não remunerado entre os casais a fim de que se possa encontrar fatos que respondam como estamos caminhando na Revolução de Gênero no Brasil. Verifica-se a distribuição dos trabalhos remunerado e doméstico sob diferentes aspectos socioeconômicos, tendo em vista as hipóteses de que (i) o avanço da revolução de gênero implicaria uma distribuição menos tradicional e mais igualitária entre homens em mulheres e que (ii) as possíveis transformações no âmbito público e privado possam estar ocorrendo de forma desigual. Os resultados indicam que os avanços em direção à igualdade de gênero ainda são muito pequenos e quando presentes privilegiam as mulheres com níveis mais altos de escolaridade.

Introdução

Uma linha mais recente de estudos na literatura tem proposto e encontrado evidências de que a forma como os casais distribuem entre si as formas de trabalho tem resultados demográficos importantes, principalmente sobre o casamento, divórcio e o comportamento reprodutivo. Essa discussão acrescenta ao aspecto econômico a importância de instituições de gênero na formação e estabilidade conjugal².

O aumento na realização educacional e da participação da mulher no mercado de trabalho consolidou a mudança no papel social da mulher alterando o equilíbrio familiar até então presente sob as relações de gênero tradicionais, que tinha a figura do homem provedor (*male breadwinner*) e o consolidado papel da mulher dona de casa (*female homemaker*). A desestabilização de uniões tradicionais resultou para muitos países em uma queda nos casamentos e número de filhos, maior instabilidade conjugal, aumento nas taxas de divórcio e em relacionamentos que permitam aos parceiros maior liberdade e menor comprometimento, como a coabitação (Esping-Andersen, 2016).

Após meio século de transformações sociais, trabalhos mais recentes como os de Esping-Andersen e Billari (2015) e Goldscheider *et al* (2015) dão conta de um novo fenômeno que se manifesta no novo século. Eles argumentam que as sociedades ocidentais estão entrando em uma nova fase da vida familiar, baseada em parcerias mais estáveis e mais igualitárias e recuperando a fecundidade.

² Para uma discussão sobre os aspectos que implicam na formação, estabilidade e dissolução das uniões e famílias ver Van Bavel *et al*, 2018 e Killewald, 2016.

O caráter transitório das mudanças sobre as famílias marca a existência de duas fases distintas nesse período, caracterizadas por Goldscheider *et al* (2015) e intitulada “revolução de gênero”. A primeira fase seria definida pela mudança estrutural que se observou nas relações fundamentais entre homens e mulheres. As mulheres entram na esfera pública e com o foco na carreira, ambos cônjuges experimentam falta de tempo para questões familiares. As tensões e os conflitos gerados pelo novo papel social das mulheres gerariam instabilidade conjugal e refletiriam nas menores taxas de casamento e maiores taxas de divórcio.

A reversão deste cenário estaria relacionada a uma adaptação da sociedade aos novos papéis das mulheres. Espera-se que as tensões conjugais relacionadas ao novo status econômico das mulheres diminuam quando os casais (e especialmente os homens) adotem visões mais igualitárias de gênero (Esping-Andersen, 2016). A segunda fase da revolução de gênero prevê que a entrada dos homens na esfera privada (doméstica) seguiria para uma divisão mais igualitária do trabalho doméstico e de cuidados das crianças levando a uniões mais estáveis e a uma recuperação dos níveis de fecundidade (embora ainda abaixo do nível de reposição). Desta maneira, observaríamos um retorno à formação de famílias e estabilidade familiar, à medida que o igualitarismo de gênero ganhe um status normativo cada vez mais dominante.

A articulação entre trabalho e família em um contexto de desigualdades socioeconômicas

Embora vários estudos apontem para a convergência de gênero nas preferências dos cônjuges (Stanfors e Goldscheider, 2017 por exemplo), outros estudos sugerem que os padrões gerais ainda estariam alinhados com o modelo “*male breadwinner–female homemaker*” (Van Bavel *et al*, 2018). Mais ainda, que uma divisão mais igualitária dos trabalhos (remunerado e não remunerado) entre cônjuges não se dá de forma igual em todas as populações e subgrupos, sendo que em países com marcadas desigualdades sociais, estas desigualdades seriam ainda mais fortes para determinar a formação e continuidade das famílias (Cherlin, 2016).

A esse respeito, Cherlin (2016) faz sua crítica expondo as limitações acerca da esperada segunda fase da revolução de gênero. O autor coloca que a transição para a vida adulta pode diferir de acordo com a quantidade de educação que se tem. O ganho potencial de uma mulher altamente instruída permite-lhe atrair um homem nas mesmas condições no mercado de relacionamentos permanentes. Essa mulher procura não apenas um “*steady earner*” mas também atitudes igualitárias em relação à divisão do trabalho doméstico. Uma mulher com menos instrução pode ter menos chances de encontrar um homem com poder aquisitivo adequado e então entender que uma parceria de longo prazo com ele seria arriscada em

comparação a alternativas como uma união informal de baixo comprometimento ou a maternidade solo (Cherlin, 2016).

A partir do desenvolvimento acima e considerando o contexto de profunda desigualdade social no Brasil, a hipótese levantada é que o equilíbrio igualitário entre casais com uniões mais estáveis estaria limitado aos grupos mais privilegiados. Levando em conta a restrição de se avaliar uniões mais ou menos estáveis pela falta de disponibilidade de dados longitudinais, utiliza-se de pressupostos alicerçados pela literatura³ e assume-se como proxy para a estabilidade o tipo de união do casal: casados (no civil e/ou religioso) e união informal. Assim, busca-se investigar se o tipo de união pode ser um importante preditor para o estabelecimento de parcerias mais tradicionais ou igualitárias na distribuição do trabalho remunerado e não remunerado. Em seguida, avalia-se também se mulheres de camadas mais privilegiadas, com mais escolaridade, tem mais chances de estar em uniões mais igualitárias.

Dados e Métodos

A análise tem como foco as mulheres cônjuges ou companheiras, sendo selecionadas para compor a amostra mulheres unidas de 26 a 50 anos. O recorte etário é necessário uma vez que procura-se harmonizar os principais conflitos e desafios da formação de famílias, conscientes das diferenças que podem existir entre casais que a mulher está em seus anos reprodutivos e aqueles em que elas não estão⁴. Soma-se a isso o interesse em avaliar mulheres que já concluíram sua educação formal. Assim, como prática comum em diversos trabalhos, assume-se que em idades acima de 25 anos, as chances de ter concluído o Ensino Superior aumentam.

A classificação dos casais sob os diferentes níveis de tradicionalismo na divisão do trabalho é baseada em três elementos: a divisão do trabalho remunerado, a divisão dos afazeres domésticos (não remunerado) e a renda do casal. Três indicadores foram então construídos a partir das informações das esposas ou companheiras: a participação delas no mercado de trabalho, a parcela da renda familiar auferida por elas e a parcela de horas do trabalho doméstico desempenhada por elas. Neste primeiro momento, tem-se como interesse avaliar os determinantes sociodemográficos que se associam as chances de cada mulher estar em categorias distintas desses três indicadores.

³ As uniões informais são menos estáveis do que os casamentos, em parte porque podem ser estabelecidas com um nível de comprometimento menor do que o casamento e, em parte, porque os custos de sair do relacionamento são reduzidos (Cherlin 2016, Castro-Martins apud Cunha e Verona, 2019).

⁴ Estratégia utilizada por Laplante *et al*, 2018.

O primeiro indicador foi subdividido em 3 categorias: (1) Não trabalha; (2) Trabalha < de 30 horas semanais (Part-time) e (3) trabalha a partir de 30 horas semanais (Full-time). O segundo indicador contém 4 categorias: (1) Parcela da renda⁵ da cônjuge/companheira < 20% da renda do casal; (2) parcela da renda da cônjuge/companheira está entre 20 a 40% da renda do casal; (3) parcela da renda da cônjuge/companheira está entre 40 a 60% da renda do casal e (4) parcela da cônjuge/companheira > 60% da renda do casal. O terceiro indicador está categorizado da seguinte forma: (1) parcela da cônjuge/companheira está acima de 90% do total de horas semanais do casal dedicadas aos afazeres domésticos; (2) está entre 75 e 90%; (3) entre 50 e 75% e (4) abaixo de 50% do total de horas semanais do casal dedicadas aos afazeres domésticos.

Após a análise exploratória da amostra segue-se uma aplicação de um logit multinomial para verificar se as chances de ter uma relação mais igualitária sob os três indicadores é sensível ao tipo de união e família. Outras relações também são testadas, como por exemplo se mulheres com maior nível de escolaridade têm mais chances de terem uniões mais igualitárias. Variáveis de controle são devidamente adicionadas a cada modelo levando em conta fatores que podem ter correlação com o resultado de interesse: idade, ter filhos, nível educacional e rendimento familiar.

Acredita-se que a posição da mulher, cônjuge ou companheira, em determinada categoria passa também por um modelo de decisão coletiva, isto é, sua decisão de alocação do tempo no trabalho remunerado e não remunerado responde a um conjunto de decisões tomadas no nível familiar (e não somente individual). Para captar tal efeito, incorpora-se variáveis que possam estimar o poder de barganha dessas mulheres no comportamento familiar - que na abordagem da Economia da Família são chamadas de fatores distributivos⁶. Tomando como base os fatores distributivos mais utilizados na literatura e possíveis de serem obtidos na base de dados utilizada, são incorporadas aos modelos variáveis que espelhem a posição relativa da mulher (frente ao cônjuge, companheiro) nos rendimentos, idade e escolaridade.

Os dados para a construção e análise descritiva dos indicadores, bem como para as variáveis de controle, são extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2014. A escolha dessa base de dados respondeu aos principais interesses de análise: a

⁵ Foi considerado o rendimento de todas as fontes, ou seja, não somente a renda do trabalho.

⁶ Variáveis que tenham impacto no processo de decisão, mas não afetam preferências nem restrições orçamentárias. São incorporadas à modelos de escolhas coletivas. Para detalhamento do arcabouço teórico e modelo ver Browning, Chiappori e Weiss (2014).

existência da variável horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos e a presença da variável Natureza da União.

Resultados e Discussão

Primeiramente, buscou-se explorar a amostra quanto às características sociodemográficas das mulheres unidas. Avaliou-se o tipo de união por grupos etários, arranjo familiar, nível de escolaridade e presença de filhos a fim de entender características da formação de famílias das mulheres brasileiras. A Tabela 1 apresenta os principais resultados.

Pode-se observar que mulheres mais jovens estão em grande maioria unidas informalmente, característica que se mantém mesmo considerando a presença de filhos (Tabela 2). O nível educacional mostrou-se um fator importante sobre o tipo de união das brasileiras. O percentual de casadas varia muito pouco com a realização do ensino fundamental. Mas nos níveis mais altos de educação, há um crescimento substantivo do casamento entre o tipo de união das brasileiras.

Estendendo a análise ao arranjo domiciliar das brasileiras unidas, os dados mostram que a proporção de casadas aumenta quando considerados arranjos com filhos e é menor entre aquelas que vivem em arranjos estendidos. Fato que permanece mesmo quando incluímos a escolaridade dessas mulheres, sendo destaque nesse caso, o salto na proporção de casadas nos dois níveis maiores de educação (Tabela 3). Em um primeiro momento, estes resultados mostram-se importantes para destacar, assim como proposto na literatura, diferenças na formação de famílias para mulheres com maiores níveis educacionais.

A distribuição da amostra nos indicadores de interesse também traz informações importantes. Em relação a atuação no mercado de trabalho, quase metade da amostra de mulheres trabalham no mercado acima de 30 horas semanais. Dentre estas, 63% são casadas, a maior proporção dentre as demais categorias de trabalho, sendo a variação muito pequena. No trabalho doméstico, mais da metade das mulheres assumem acima de 90% do total de horas dispendido pelo casal em afazeres domésticos. Na participação sobre a renda do casal, aproximadamente 38% das mulheres contribuem de forma equilibrada no orçamento familiar. Próximo dos 37% que observamos de mulheres em que a parcela da renda não passa dos 20%. De forma geral, observamos uma divisão desigual entre casais nas responsabilidades familiares. Nesta avaliação preliminar, a média de horas em trabalho doméstico não apresentou diferença estatisticamente significativa entre casadas e unidas informalmente. Por outro lado, a renda média domiciliar é superior em R\$1202,60 para as mulheres casadas, uma diferença

que, junto aos diferenciais de escolaridade, indica uma possível associação entre tipo de união e status socioeconômico entre as mulheres brasileiras.

Tabela 1 – Distribuição percentual de características de mulheres unidas de 26 a 50 anos

	% da Amostra	União Informal	Casadas
Grupo de Idade			
25 a 29	14.65	52%	48%
30 a 34	22.48	44%	56%
35 a 39	21.46	40%	60%
40 a 44	19.7	35%	65%
45 a 49	17.99	29%	71%
50 anos	3.73	26%	74%
Tem Filhos			
Sim	81.33	38%	62%
Não	18.67	44%	56%
Tem Filhos de 0 a 3 anos			
Sim	18.91	45%	55%
Não	81.09	38%	62%
Escolaridade			
Primário Incompleto	31.04	49%	51%
Primário Completo	16.31	45%	55%
Secundário Completo	38.46	35%	65%
Ensino Superior Completo	14.19	23%	77%
Tipo de Família			
Casal s/ filhos	15.46	43%	57%
Casal c/ filhos	71.33	37%	63%
Estendida	13.21	44%	56%
Status de Ocupação (mercado)			
Não Trabalha	35.35	41%	59%
Part-time	15.51	39%	61%
Full-time	49.14	37%	63%
Parcela sobre o total de horas de afazeres domésticos do casal			
Acima de 90%	52.05	40%	60%
Entre 90 e 75%	19.41	37%	63%
Entre 75 e 50%	24.42	38%	62%
Abaixo de 50%	4.12	40%	60%
Parcela das mulheres sobre a renda do casal			
Abaixo de 20%	36.98	37%	63%
Entre 20 e 40%	24.8	39%	61%
Entre 40 e 60%	26.79	40%	60%
Acima de 60%	11.43	43%	57%
Média de Horas Trabalho doméstico		27.84	27.67
Média de Renda familiar		R\$ 2.772,17	R\$ 3.974,76
Porcentagem Total		39%	61%
Nº		9,431,164	14,745,708

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pnad 2014

Tabela 2 – Distribuição das mulheres de 26 a 50 anos com filhos por grupo etário e tipo de união

	Casadas	União Informal
25 a 29	54%	46%
30 a 34	44%	56%
35 a 39	38%	62%
40 a 44	32%	68%
45 a 49	26%	74%
50 anos	22%	78%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD/2014

Tabela 3 – Distribuição das mulheres de 26 a 50 anos por tipo de arranjo domiciliar, nível educacional e tipo de união

	Casal s/ Filhos		Casal c/ Filhos		Estendidas	
	União Informal	Casadas	União Informal	Casadas	União Informal	Casadas
Primário Incompleto	55%	45%	47%	53%	52%	48%
Primário Completo	51%	49%	43%	57%	49%	51%
Secundário Completo	41%	59%	33%	67%	39%	61%
Superior Completo	30%	70%	19%	81%	29%	71%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD/2014

As Tabelas 4, 5 e 6 apresentam os resultados da aplicação do logit multinomial para os três indicadores de igualdade de gênero considerados neste trabalho. O interesse é verificar as chances de uma esposa ou companheira estar em união mais ou menos igualitária considerando sua participação e/ou contribuição nas esferas pública (status de ocupação) e privada (parcela dos afazeres domésticos e da renda do casal). Dado o caráter do trabalho, as análises são apresentadas reduzidas aos fatores mais importantes.

A Tabela 4 apresenta o resultado da primeira regressão, com a razão de chance de uma mulher unida de 26 a 50 anos estar ocupada part-time ou full-time comparado a não estar trabalhando em 2014. O tipo de união, um dos principais resultados de interesse, não se mostrou estatisticamente significativo para determinar a chance de estar em um status de ocupação part-time ou full-time vis-à-vis não trabalhar. Como pode ser observado neste e nos demais resultados, levou-se em consideração uma possível heterogeneidade educacional entre as mulheres casadas. O termo interativo entre tipo de união e escolaridade buscou captar as diferenças de status socioeconômico entre as mulheres casadas sobre a chance de estar em determinado status de ocupação. No entanto, neste primeiro modelo, não foram captados efeitos de heterogeneidade educacional entre as mulheres unidas formalmente.

Tabela 4 – Resultado do Logit Multinomial (razão de chance) para o status de ocupação das esposas ou companheiras

Variáveis	<30 horas (part-time)	≥30 horas (full-time)
	rrr	rrr
Idade	0.9998	0.9849***
Diferença de idade entre cônjuges	0.9948**	0.9755***
Casada (0 p/ União Informal)	1.0469	0.9587
Fundamental Incompleto (omitida)	1	1
Fundamental Completo	0.6136***	0.8799**
Ensino Médio Completo	0.5279***	0.9835
Superior Completo	0.8867	0.8137**
Casada c/ Fundamental Incompleto	1.0914	1.0829
Casada c/ Fundamental Completo	1.0052	0.9778
Casada c/ Ensino Médio Completo	1.0430	0.9197
Casada c/ Superior Completo (omitida)	1	1
Casal s/ Filho (omitida)	1	1
Casal c/ Filho	0.9946	1.0694
Estendida	0.8770	0.6691***
Hipergamia educacional (omitida)	1	1
Homogamia educacional	1.4000***	1.3966***
Hipogamia educacional	2.0591***	2.1987***
Tem filho	1.1592	0.8735
Tem filho de 0 a 3 anos	0.7700***	0.6914***
Afazeres dom. (horas/semana)	0.9752***	0.9433***
Parcela de afazeres dom. >90%) (omitida)	1	1
Parcela de afazeres dom. entre 75 e 90%	1.2459***	1.3665***
Parcela de afazeres dom. entre 50 e 75%	1.4563***	2.5469***
Parcela de afazeres dom. abaixo de 50%	1.0761	1.9663***
Ln renda domiciliar	1.1315***	2.7393***
Constante	0.3025***	0.0036***
Número de Observações		24,176,872
F(57, 5512)		87.17
Prob > F		0.0000

Nota: *** Significativo a 1%; ** Significativo a 5%; * Significativo a 10%

Categoria de referência: “Não trabalha”

rrr – razão de chance

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD/2014

Ao compararmos as chances de mulheres em ocupação full-time frente aquelas que não estão trabalhando, observa-se que mulheres em famílias sem extensão e sem filhos têm mais chances de estarem trabalhando full-time comparadas aquelas sob os demais tipos de arranjos. Comparadas a mulheres com nível fundamental incompleto, os níveis educacionais mais altos reduzem as chances de estar trabalhando full-time e part-time. Ter filho não apresenta efeitos sobre a chance de estar trabalhando, mas uma mulher com filho de 0 a 3 anos tem

aproximadamente 0,77 a chance de uma mulher sem filho de 0 a 3 anos trabalhar part-time e 0,69 de estar trabalhando full-time.

As variáveis representativas de poder de barganha ou posição relativa da mulher frente aos seus companheiros mostraram-se ser importantes para determinar a posição da mulher unida no mercado de trabalho. Para maiores diferenças de idade (companheiros mais velhos), há uma redução na chance de estar part-time ou full-time vis-à-vis não estar trabalhando. Mulheres com mesmo nível educacional de seu companheiro ou níveis maiores têm mais chances de estar trabalhando. E para menores parcelas de horas do trabalho doméstico não remunerado, aumenta-se as chances de estar trabalhando part-time ou full-time comparado a não estar trabalhando.

A Tabela 5 tem como categoria base maior desigualdade na distribuição dos afazeres domésticos (parcela das mulheres acima de 90%), comparando a razão de chance das mulheres unidas estar em posições relativas mais igualitárias quanto as horas de trabalho doméstico. Ao nível de significância de 10% encontrou-se efeito do tipo de união sobre a chance de fazer 50% ou menos das horas totais de trabalho doméstico dedicadas pelo casal. Estar casada reduziria as chances de mulheres terem uma divisão mais igualitária dos afazeres domésticos. A heterogeneidade dos níveis educacionais não mostrou efeitos significativos para a chance de mulheres casadas estarem em posições mais igualitárias. Por outro lado, o nível educacional, mantidas as demais características constantes, se mostrou bastante importante. Níveis mais altos de escolaridade comparados a posição de ter somente o fundamental incompleto aumentam as chances de estar em posições mais igualitárias na divisão do trabalho doméstico. Mulheres com nível superior de educação tem 1,70 mais chance que uma mulher com fundamental incompleto de ter uma parcela igual ou menor ao seu companheiro de trabalho doméstico.

Ainda sobre essa posição mais igualitária, isto é, para mulheres com uma parcela de trabalho doméstico igual ou inferior a 50%, encontrou-se resultados interessantes para as variáveis representativas do poder de barganha. A diferença de idade (companheiros mais velhos) aumenta as chances de mulheres estarem na posição mais igualitária. O diferencial educacional entre cônjuges também mostra que mulheres em posição relativa inferior aos seus companheiros (quando eles têm maior nível educacional) têm mais chances de estar nessa categoria de divisão de afazeres domésticos. Por outro lado, os resultados deixam claro que tendo elas uma parcela maior sobre a renda total do casal, as chances de estar em uma posição mais igualitária sobre a divisão dos afazeres domésticos são maiores.

Tabela 5 – Resultado do Logit Multinomial (razão de chance) para a parcela de afazeres domésticos desempenhada pelas esposas ou companheiras

Variáveis	Entre 90 e 75%	Entre 75 e 50%	Abaixo de 50%
	rrr	rrr	rrr
Idade	0.9968	0.9889***	0.9955
Diferença de idade entre cônjuges	0.9992	0.9999	1.0137***
Casada (0 p/ União Informal)	1.2141*	1.0143	0.7966*
Fundamental Incompleto (omitida)	1	1	1
Fundamental Completo	1.1784**	1.1924***	1.2837*
Ensino Médio Completo	1.3006***	1.4984***	1.5004***
Superior Completo	1.3461***	2.0224***	2.6954***
Casada c/ Fundamental Incompleto	0.9154	0.8837	0.9846
Casada c/ Fundamental Completo	0.9628	0.9989	1.1282
Casada c/ Ensino Médio Completo	0.9226	1.0098	1.2593
Casada c/ Superior Completo (omitida)	1	1	1
Casal s/ Filho (omitida)	1	1	1
Casal c/ Filho	0.8461	0.7348***	0.8148
Estendida	0.7611***	0.6419***	0.9126
Hipergamia educacional (omitida)	1	1	1
Homogamia educacional	0.8872***	0.8649***	0.7129***
Hipogamia educacional	0.7971***	0.7182***	0.6098***
Não tem trabalho (omitida)	1	1	1
Trabalha Part-time	1.1545***	1.3570***	1.0973
Trabalha full-time	1.1538***	2.4289***	2.6356***
Tem filho	1.0134	0.7835***	0.7682
Tem filho de 0 a 3 anos	1.2024***	1.1660***	1.1239*
Ln renda domiciliar	0.98374	1.0834***	1.2116***
Parcela sobre a renda do casal (abaixo 20%)	1	1	1
Parcela sobre a renda do casal (entre 20 e 40%)	1.0823*	1.3398***	1.5212***
Parcela sobre a renda do casal (entre 40 e 60%)	1.0705	1.7464***	2.5056***
Parcela sobre a renda do casal (acima 60%)	1.0508	1.9353***	6.3832***
Constante	0.4228***	0.2269***	0.0078***
Número Observações	24,176,872		
F (63, 5506)	53.95		
Prob > F	0.0000		

Nota: *** Significativo a 1%; ** Significativo a 5%; * Significativo a 10%

Categoria de referência: “Parcela de afazeres domésticos>=90”.

rrr – razão de chance

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD/2014

Por fim, a Tabela 6 mostra os resultados considerando agora a parcela de renda do casal relativo à esposa ou companheira. A categoria de comparação é aquela em que a mulher tem abaixo de 20% da renda total do casal. Estar casada não se mostrou estatisticamente significativo para efeitos sobre a posição relativa da mulher na renda. No entanto, é possível observar que a diferença educacional entre mulheres unidas formalmente é importante para as

chances de estar nas categorias mais intermediárias vis-à-vis manter uma baixa proporção na parcela da renda.

Tabela 6 – Resultado do Logit Multinomial (razão de chance) para a parcela de renda das esposas ou companheiras

Variáveis	Entre 20 e 40%	Entre 40 e 60%	Acima de 60%
	rrr	rrr	rrr
Idade	0.9749***	0.9816***	1.0090***
Diferença de idade entre cônjuges	0.9857***	0.9662***	0.9643***
Casada (0 p/ União Informal)	1.053063	0.98052	0.9375
Fundamental Incompleto (omitida)	1	1	1
Fundamental Completo	0.6981***	0.79492***	0.7797***
Ensino Médio Completo	0.6177***	0.8199***	1.0220
Superior Completo	0.5722***	0.9455	4.0342***
Casada c/ Fundamental Incompleto	0.6782***	0.7166***	0.8099
Casada c/ Fundamental Completo	0.7901*	0.7950**	0.7875
Casada c/ Ensino Médio Completo	0.8226*	0.7609***	0.8415
Casada c/ Superior Completo (omitida)	1	1	1
Casal s/ Filho (omitida)	1	1	1
Casal c/ Filho	1.1002	0.8934	1.0233
Estendida	0.8847	0.8088**	1.3728***
Hipergamia educacional (omitida)	1	1	1
Homogamia educacional	1.4051***	1.5174***	1.7122***
Hipogamia educacional	1.6894***	2.2175***	2.3834***
Tem filho	0.9217	1.0048	1.1343
Tem filho de 0 a 3 anos	0.7436***	0.6630***	0.7659***
Parcela de afazeres dom. >90% (omitida)	1	1	1
Parcela de afazeres dom. entre 75 e 90%	1.1743***	1.1780***	1.1504***
Parcela de afazeres dom. entre 50 e 75%	2.1591***	3.1223***	3.4399***
Parcela de afazeres dom. abaixo de 50%	2.5460***	4.6813***	12.5972***
Ln renda domiciliar	1.6424***	1.4520***	0.4574***
Constante	0.0372***	0.0655***	28.6971***
Número Observações	24,176,872		
F (63, 5506)	87.17		
Prob > F	0.0000		

Nota: *** Significativo a 1%; ** Significativo a 5%; * Significativo a 10%

Categoria de referência: “Parcela renda abaixo de 20%”.

rrr – razão de chance

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD/2014

Para o nível educacional, mantidas as demais características constantes, há uma heterogeneidade nos resultados encontrados. Enquanto nas categorias intermediárias mais educação pode representar menos chances, ter o nível superior completo aumenta em 3 vezes as chances de uma mulher unida ser responsável por 60% ou mais da renda do casal. A presença

de filhos de 0 a 3 anos reduz para todas as categorias as chances de ter uma parcela maior da renda frente a ter somente até 20%.

A posição relativa da mulher ante seu cônjuge na idade, escolaridade e na divisão dos afazeres domésticos mostraram ser positivas para as chances de responder por parcelas maiores da renda do casal. Ter nível educacional superior ao cônjuge aumenta as chances em 121% de ter entre 40 e 60% da renda do casal, vis-à-vis ter o nível fundamental incompleto. Para aquelas mulheres com nível superior, as chances aumentam em 138%. Os resultados mostram uma forte relação entre divisões mais igualitárias nos afazeres domésticos e ser responsável por parcelas acima de 40% da renda total do casal. As mulheres que dividem mais igualmente os afazeres domésticos com seus cônjuges têm 11 vezes mais chances de estar entre aquelas que detém 60% ou mais da renda do casal.

São muitos resultados obtidos e pensar uma única direção sobre eles não se mostra uma tarefa muito fácil. Um dos interesses principais era verificar se a escolha de formação de família, aqui representada pelo tipo de união e arranjo familiar seria um fator importante para determinar características mais igualitárias na esfera privada e pública. No entanto, para essa amostra, esse efeito não encontrado nos mostrando que somente o tipo de união e família não são os fatores mais importantes para a categorização de mulheres nos três indicadores selecionados.

Por outro lado, a inserção de variáveis capazes de captar o poder de barganha das mulheres nas decisões e comportamentos familiares trouxe importantes direcionamentos. Os resultados indicaram que a posição relativa da mulher frente a seu cônjuge pode influenciar uma divisão mais igualitária tanto na esfera pública quanto na esfera privada. No primeiro indicador, ocupação no mercado de trabalho, uma menor diferença de idade, maior nível educacional frente ao cônjuge e menor parcela sobre as horas totais de afazeres domésticos significaram mais chances de estarem trabalhando no mercado mais de 30 horas semanais. Resultados semelhantes foram encontrados quando o indicador era a parcela da renda dessa mulher sobre a renda total do casal.

No segundo modelo, que buscou analisar os determinantes sobre uma divisão mais ou menos igualitária nos afazeres domésticos, também observou-se uma influência das variáveis de posição relativa, mas neste caso, os resultados seguiram em outra direção. Mostrou-se curioso encontrar o diferencial de idade e de nível educacional atuando na direção contrária aos demais modelos. Estes resultados levam-nos a pensar sobre uma possível convergência ao que já foi apresentado na literatura americana para as mulheres daquele país. Somados ao efeito positivo da renda domiciliar encontrado sobre a chance de estar em uma relação mais igualitária

no trabalho doméstico, parece pertinente supor que as mulheres que buscam no mercado de casamentos parceiros com potenciais de ganhos mais altos (aqui sinalizados pela maior idade do cônjuge e maior escolaridade) podem contar com uma estrutura de auxílio ou até mesmo parceiros com comportamentos de gênero mais igualitários⁷. Se essa for a direção correta de interpretação, pode-se ainda acrescentar o ponto discutido por Cherlin (2016), que ressalta os diferenciais socioeconômicos, mostrando que esta seria uma situação característica de mulheres de níveis de educação mais alto. Para uma definição mais precisa, esta seria uma questão a ser testada e avaliada em outro exercício.

Considerações Finais

Esta análise inicial começa a fornecer elementos para que seja possível responder as perguntas do título do trabalho: Revolução de gênero? Para quem? O que se pode observar nesta análise preliminar é que, para este conjunto de dados, se estiver acontecendo uma mudança progressiva no comportamento dos casais no sentido de uma divisão mais igualitária das obrigações familiares, há um grupo selecionado que pode estar conquistando as primeiras mudanças. Considerando somente a natureza da união (mantidas as demais variáveis constantes), não houve efeitos estatisticamente significativos sobre os indicadores observados. Ressalta-se, no entanto, a limitação da proxy escolhida para estabilidade da união. É conhecido que no Brasil, diferentemente de outros países, a união informal pode se assemelhar em efeitos culturais e jurídicos ao casamento formal. Em contrapartida, mulheres com maior nível de escolaridade, principalmente aquelas com Ensino Superior, apresentam as maiores chances de ter um relacionamento mais igualitário. Interessante notar que, assim como já pode ser visto em outros trabalhos da literatura⁸, mulheres com nível superior de educação parecem preferir o casamento para a formação de família.

A intenção futura e não apresentada neste trabalho é ultrapassar essa análise descritiva inicial. Entende-se que a definição de perfis mais tradicionais ou mais igualitários deve seguir uma abordagem mais abrangente, que considere a alocação de tempo dos cônjuges entre as duas esferas: pública e privada. A combinação da divisão do trabalho nestas duas esferas é mais consistente para avaliar a condição de igualdade no compartilhamento das responsabilidades domésticas e de trabalho na família e também seu efeito sobre os resultados demográficos. Especificamente, uma divisão mais tradicional de trabalho deverá refletir práticas mais tradicionais de gênero entre os cônjuges nas duas esferas sendo o contrário válido para divisões

⁷ Que não são testados neste trabalho pela limitação dos dados.

⁸ Por exemplo, Cunha e Verona, 2019.

mais igualitárias. Entre eles podem existir tipos intermediários que se comportam de maneira diferente em cada uma das esferas. Uma possível aplicação metodológica para determinar tipologias de divisão do trabalho entre casais que combine os três indicadores construídos aqui pode ser encontrada em Zhou e Kan (2019) que usam a análise de classe latente para classificar os casais em uma escala de igualitarismo de gênero. Com essa estratégia é possível determinar diferentes tipologias de divisão do trabalho entre casais. A aplicação do logit multinomial será ampliada para verificar se as chances de ter uma relação mais igualitária é sensível a outros fatores socioeconômicos.

Referências bibliográficas

- Browning, M., Chiappori, P. A., & Weiss, Y. (2014). *Economics of the Family*. Cambridge University Press.
- Cherlin, A. J. (2016). A happy ending to a half-century of family change? *Population and Development Review*, 121-129.
- Cunha, M., & Verona, A. P. (2019). Uniões conjugais informais e escolaridade no Brasil: uma comparação entre 1980 e 2010. *Anais*, 1-14.
- Esping-Andersen, Gøsta and Francesco C. Billari. (2015). “Re-theorizing family demographics,” *Population and Development Review* 41(1): 1–31.
- Esping-Andersen, G. (2016). *Families in the 21st Century* (p. 113). Stockholm: SNS förlag.
- Goldscheider, Frances, Eva Bernhardt, and Trude Lappégaard. (2015). “The gender revolution: A framework for understanding changing family and demographic behavior,” *Population and Development Review* 41(2): 207–239.
- Killewald, A. (2016). Money, work, and marital stability: Assessing change in the gendered determinants of divorce. *American Sociological Review*, 81(4), 696-719.
- Laplace, B.; Vieira, J. M.; Barnabé, G. C. F. (2018). Consensual Union and Marriage in Brazil, 1970–2010. Gender Equality, Legal Issues and Social Context. In Schoen, R. (editor). *Analitical Family Demography*. The Springer Series on Demographic Methods and Population Analysis, n. 47.
- Stanfors, M., & Goldscheider, F. (2017). The forest and the trees: Industrialization, demographic change, and the ongoing gender revolution in Sweden and the United States, 1870-2010. *Demographic Research*, 36, 173-226.
- Van Bavel, J., Schwartz, C. R., & Esteve, A. (2018). The reversal of the gender gap in education and its consequences for family life. *Annual Review of Sociology*, 44, 341-360.